CENSOS AGROPECUÁRIOS

No qüinqüênio 1980-85 a agricultura perde dinamismo: cai o ritmo de expansão da área ocupada com lavouras; diminui a taxa de crescimento dos rebanhos bovino, suíno e avícola; arrefece o desenvolvimento do mercado de tratores agrícolas; aumenta o número de minifúndios, de latifúndios e do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais

Em março, o **IBGE** concluiu a publicação da **Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985** referente à Região Sudeste — a última das grandes regiões a ter seus dados processados. Com isto, tornou-se possível a apuração dos resultados da **Sinopse** para o conjunto do país. Este comentário apresenta breve análise desses resultados, indicando as principais características da evolução da agropecuária brasileira no período 1980-85.

São as seguintes as linhas gerais de tal evolução:

a) Fatores como a crise que atingiu a economia brasileira no período 1981-84, as mudanças na política de crédito agrícola, tornando-o mais caro e escasso (notadamente o crédito de investimento), a acentuada redução nos recursos dos programas de incentivo fiscal à agropecuária, a gradual escassez de áreas acessíveis nas zonas de fronteira, e a adoção de políticas de efeitos prejudiciais à produção — especialmente no que tange às pecuárias de corte e de leite —, fizeram com que a agropecuária brasileira perdesse dinamismo no último qüinqüênio intercensitário;

b) Por sua vez, a diminuição do crescimento urbano-industrial e da geração de oportunidades de trabalho da primeira metade da década de 1980, aliadas ao fim da seca no Nordeste fizeram com que, entre 1980 e 1985, se revertesse a tendência anterior de declínio no número de pequenos estabelecimentos e de crescimento reduzido do pessoal ocupado em atividades agropecuárias.

Redução do Dinamismo da Agropecuária Brasileira no Período 1980-85

As variáveis da **Sinopse Preliminar** que traduzem essa perda de dinamismo são: a área em estabelecimentos agropecuários; a área em lavouras; o número de tratores; e os efetivos de bovinos, de suínos e de aves.

Evolução da área em estabelecimentos

A área em estabelecimentos agropecuários do país (ver Quadro 05), registrou acentuada desaceleração entre 1980 e 1985. Se nos períodos 1970-75 e 1975-80 a área total aumentou 10,1% (quase 30 milhões de ha) e 12,7% (quase 41 milhões de ha), respectivamente, entre 1980 e 1985 ela cresceu apenas 3,1% ou cerca de 11,4 milhões de ha. Em 1985 a área em estabelecimentos agrícolas do país totalizava aproximadamente 376,3 milhões de ha, 44,2% da superfície do território nacional.

No nível de grande região, o crescimento da área em estabelecimentos do qüinqüênio 1980-85 concentrou-se no Centro-Oeste (mais 3,655 milhões de ha), no Nordeste (mais 3,544 milhões de ha) e na Região Norte (mais 3,325 milhões de ha). Nas outras duas regiões, a área total aumentou pouco no qüinqüênio.

Ademais, mesmo as três regiões que registraram acentuada expansão da área total entre 1980 e 1985 tiveram um crescimento bem maior no qüinqüênio anterior. Entre 1975 e 1980, a área em estabelecimentos aumentou 19,5 milhões de ha no Centro-Oeste (432,8% a mais do que no período recente), 9,7 milhões de ha no Nordeste (175,3% a mais) e 8,9 milhões de ha na Região Norte (169% a mais). As reduções na expansão da área total, ocorridas recentemente, foram conseqüência da gradual escassez das terras inocupadas nas áreas mais acessíveis das zonas de fronteira e do declínio dos programas de incentivos fiscais. Contribuiu também, o fracasso de vários dos empreendimentos incentivados na **Amazônia Legal.**

Nas três regiões de maior expansão, o crescimento da área em estabelecimentos do qüinqüênio 1980-85 se fez de forma extremamente concentrada. No Nordeste, 98,7% da expansão da área total do período (cerca de 3,5 milhões de ha) ocorreram no estado da Bahia; na Região Norte, a soma do aumento da área em estabelecimentos do Pará (3,1 milhões de ha) e de Rondônia (867 mil ha) ultrapassou a expansão regional, tendo sido contrabalançada por reduções ocorridas em

QUADRO 05 – BRASIL – DADOS COMPARATIVOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS – 1970, 1975, 1980 E 1985

ESPECIFICAÇÃO	RECENSEAMENTO				TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1970	1975	1980	1985	1970-75	1975-80	1980-85
ESTABELECIMENTOS[1] (Nº)	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.834.779	NC	3,3	13,1
Com menos de 10 ha	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.085.841	NC	–C,2	18,8
Entre 10 ha e menos de 100 ha	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424	NC	6,2	7,4
Com mais de 100 ha	451.620	487.638	536.362	568.723	NC	10,0	6,0
ÁREA TOTAL (ha)	294.145.470	323.896.082	364.854.407	376.286.577	10,1	12,7	3,1
ÁREA EM LAVOURAS (ha)	33.983.800	40.001.354	49.104.241	52.380.366	17,7	22,8	6,7
Permanente	7.984.069	8.385.393	10.472.124	9.835.315	5,0	24,9	– 6,1
Temporária	25.999.731	31.615.961	38.632.117	42.545.051	21,6	22,2	10,1
PESSOAL OCUPADO[1] (Nº)	17.627.089	20.345.692	21.163.735	23.273.517	15,4	4,0	10,0
Em estabelecimentos com menos de 10 ha	7.129.803	8.343.448	7.921.721	9.274.948	17,0	– 5,1	17,1
Em estabelecimentos entre 10 ha e menos de 100 ha	7.432.650	8.424.842	8.718.674	9.236.926	13,4	3,5	5,9
Em estabelecimentos com mais de 100 ha	2.980.323	3.566.832	4.499.250	4.730.363	19,7	26,1	5,1
TRATORES (Nº)	165.870	323.113	545.205	652.049	94,8	68,7	19,6
EFETIVOS DE BOVINOS (Nº)	78.562.250	101.673.753	118.085.872	127.643.292	29,4	16,1	8,1
EFETIVOS DE SUÍNOS (Nº)	31.523.640	35.151.668	32.628.723	30.067.116	11,5	– 7,2	– 7,9
EFETIVOS DE AVES (Nº)	213.622.503	286.810.202	413.179.594	429.732.435	34,3	44,1	4,0

FONTE – IBGE.

[1] Os totais deste item relativos a um dado ano diferem da soma dos componentes dos estratos no mesmo ano pelo montante "sem declaração".

NC = Valores não comparáveis. A definição de estabelecimento mudou entre 1970 e os demais anos, tornando os totais deste ano não estritamente comparáveis.

outros estados. No Centro-Oeste, Mato Grosso foi responsável por 93,2% da expansão da área em estabelecimentos da região.

A área em lavouras

Foi bastante acentuada, também, a redução do crescimento da área em lavouras, ocorrida no período 1980-85. Entre 1970 e 1975 e entre 1975 e 1980 a área cultivada do país se ampliou 17,7% (cerca de 6 milhões de ha) e 22,8% (9,1 milhões de ha), respectivamente; no último período censitário, porém, a área em lavouras cresceu apenas 6,7% (3,3 milhões de ha), cerca de 1/3 da área adicionada no qüinqüênio anterior. Em 1985 estavam sob cultivo no país cerca de 52,4 milhões de ha, ou seja, 13,9% da área total em estabelecimentos agropecuários.

Um exame do Quadro 06 permite verificar que, em certa medida, essa perda de dinamismo esteve associada a uma substancial queda da área das lavouras permanentes, conseqüência, principalmente, do declínio da lavoura cafeeira na Região Sul, e do algodão arbóreo no Nordeste. Como se pode ver no Quadro 06, no período 1980-1985 houve uma redução de 311,2 mil ha na área de lavouras permanentes da Região Sul e de 615,2 mil ha na da Região Nordeste; essas reduções foram compensadas, embora apenas parcialmente, por aumentos das lavouras permanentes das regiões Norte (cacau e café) e Sudeste (café, em Minas Gerais e no Espírito Santo). Observe-se que, no período 1975-80, a área em lavouras permanentes do Brasil havia aumentado quase 2,1 milhões de ha.

As lavouras temporárias, por sua vez, ampliaram sua área em cerca de 3,9 milhões de ha entre 1980 e 1985. Entretanto, embora significante, este aumento foi bem menor do que o verificado no qüinqüênio anterior (7 milhões de ha). A redução de 636,8 mil ha da área em lavouras permanentes e essa expansão menos acentuada das lavouras temporárias produziram o crescimento medíocre da área cultivada no período.

Como se pode ver na última coluna do Quadro 06, ainda existe margem para considerável expansão da área em lavouras no Brasil. Em 1985, a proporção da área total dos estabelecimentos agropecuários que estava sendo cultivada (13,9%) era ainda muito reduzida. Essa proporção não se mostrou elevada nem mesmo nas regiões de ocupação mais antiga (30% na Região Sul, 18,4% no Sudeste e 15,7% no Nordeste); nas demais, é quase insignificante (6,6% no Centro-Oeste e 4,5% na Região Norte).

Os dados do Quadro 07 permitem complementar a análise da evolução recente da área em lavouras. Ela apresenta a área cultivada com as principais lavouras permanentes e temporárias do país, obtida pelo **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**, do **IBGE**, nos anos dos três últimos **Censos Agropecuários**, bem como as respectivas taxas de variação nos períodos 1975-80 e 1980-85. Como se

QUADRO 06 – BRASIL E GRANDES REGIÕES – VARIAÇÃO DA ÁREA EM LAVOURAS, 1975-80 E 1980-85: TOTAL, LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS. PROPORÇÃO DA ÁREA CULTIVADA SOBRE A ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS – 1985

REGIÃO E TIPO DE LAVOURA	VARIAÇÃO NA ÁREA EM LAVOURAS (1.000 ha) 1975-80	1980-85	PROPORÇÃO DA ÁREA CULTIVADA SOBRE A ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS 1985 (%)
NORTE			
Total	**548,3**	**276,4**	**4,5**
Permanente	297,1	133,7	
Temporária	251,2	142,7	
NORDESTE			
Total	**3.158,7**	**235,0**	**15,7**
Permanente	892,2	–615,2	
Temporária	2.266,5	850,2	
SUDESTE			
Total	**1.685,5**	**1.455,2**	**18,4**
Permanente	971,4	181,1	
Temporária	714,1	1.274,1	
SUL			
Total	**1.580,0**	**55,1**	**30,0**
Permanente	–198,8	–311,2	
Temporária	1.778,8	366,3	
CENTRO-OESTE			
Total	**2.130,5**	**1.254,4**	**6,6**
Permanente	124,9	– 25,2	
Temporária	2.005,6	1.279,6	
BRASIL			
Total	**9.103,0**	**3.276,1**	**13,9**
Permanente	2.086,8	–636,8	
Temporária	7.016,2	3.912,9	

FONTE – IBGE, Censos Agropecuários de 1975, 1980 e 1985.

pode ver alí, das lavouras permanentes, a do algodão arbóreo sofreu violenta redução entre 1980 e 1985 (–43%), depois de quase não crescer no qüinqüênio anterior; a do café apresentou pequena expansão global (2% entre 1980 e 1985), numa combinação de reduções na Região Sul com aumentos notadamente na Região Sudeste (em Minas Gerais e no Espírito Santo). Embora outras lavouras permanentes tivessem registrado acentuado crescimento no período 1980-85 (98,3% na do caju, 32,7% na do cacau e 15,1% na da laranja), a sua participação relativa na área das lavouras permanentes é, ainda, reduzida. Assim, predominaram as tendências impressas pelas lavouras do algodão arbóreo e do café.

No que tange às lavouras temporárias, observa-se que várias delas tiveram acentuado declínio entre 1980 e 1985 (ver Quadro 07), especialmente as do amendoim (–61,7%), do arroz (–23,8%), do trigo (–14,5%) e da batata-inglesa (–13,1%). Ademais, a lavoura do milho, de elevada importância econômica, teve um incremento de área de apenas 3,1% no qüinqüênio e o crescimento da área com soja se reduziu de 50,2% entre 1975 e 1980 para 15,7% no período 1980-85. As únicas lavouras a apresentarem uma significativa expansão de área cultivada foram as da cana-de-açúcar (32,4% de crescimento entre 1975-1980 e 49,5% entre 1980 e 1985) e do algodão herbáceo (65,8% de crescimento entre 1980 e 1985).

Essa evolução das principais lavouras de ciclo curto explica o pequeno incremento da área das lavouras temporárias, registrada pelos dados dos **Censos Agropecuários** para o período 1980-85. A estagnação da demanda de alimentos, conseqüência da crise econômica do período 1981-84, aliada a políticas agrícolas que discriminavam a produção, fizeram com que a alocação de terras ou declinasse (arroz, batata-inglesa, trigo e mandioca), ou tivesse expansão apenas medíocre (feijão e milho). A lavoura da soja, por sua vez, expandiu-se a um ritmo menor, em virtude de problemas no mercado externo do produto. Das duas lavouras que tiveram aumentos substanciais – a da cana-de-açúcar e a do algodão herbáceo –, a primeira progrediu como resultado do forte impulso propiciado pelo **Proálcool** e a segunda cresceu essencialmente para preencher a lacuna aberta com a redução da produção de algodão arbóreo.



QUADRO 07 – BRASIL – ÁREA CULTIVADA COM OS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTE E TEMPORÁRIA – 1975, 1980 E 1985

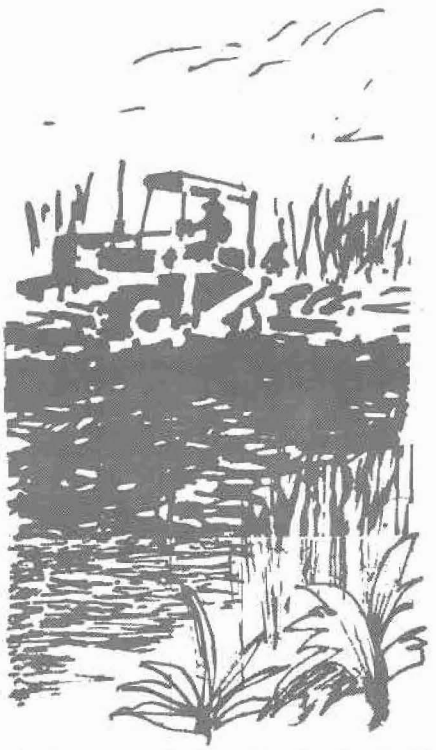
LAVOURA	ÁREA CULTIVADA (ha)			TAXA DE CRESCIMENTO QUINQUENAL (%)	
	1975	1980	1985	1975-80	1980-85
PERMANENTE					
Algodão arbóreo	2.329.558	2.346.052	1.337.644	0,7	–43,0
Banana	313.650	371.274	441.094	18,4	18,8
Cacau	451.145	482.521	640.242	7,0	32,7
Café	2.216.921	2.433.604	2.483.000	9,8	2,0
Caju	110.052	184.151	365.155	67,3	98,3
Laranja	403.192	575.249	662.316	42,7	15,1
TEMPORÁRIA					
Algodão herbáceo	1.548.831	1.353.443	2.244.253	–12,6	65,8
Amendoim	345.095	312.947	192.964	– 9,3	–61,7
Arroz	5.306.270	6.243.138	4.760.066	17,7	–23,8
Batata-inglesa	191.216	181.084	157.369	– 5,3	–13,1
Cana-de-açúcar	1.969.227	2.607.628	3.899.558	32,4	49,5
Feijão	4.145.916	4.643.409	5.317.079	12,0	14,5
Fumo	253.736	316.427	268.604	24,7	–15,1
Mamona	398.709	440.511	495.064	10,5	12,4
Mandioca	2.041.416	2.015.857	1.867.350	– 1,3	– 7,4
Milho	10.854.687	11.451.297	11.801.549	5,5	3,1
Soja	5.824.492	8.774.023	10.152.751	50,2	15,7
Trigo	2.931.508	3.122.107	2.670.448	6,5	–14,5

FONTE – IBGE, Anuário Estatístico, 1978 e 1983; Produção Agrícola Municipal, 1985 e LSPA, dezembro de 1986.

Evolução da mecanização

A variação no tempo, do número de tratores, fornece outra evidência da recente redução de dinamismo da agricultura brasileira. Entre 1970 e 1975 e entre 1975 e 1980 o número de tratores agrícolas do país aumentou 94,8% (157.243 unidades), e 68,7% (222.095 unidades), respectivamente (ver Quadro 08). No qüinqüênio 1980-85, porém, o número de tratores cresceu apenas 19,6%; em termos absolutos o incremento de 106.845 unidades, no período, representou menos da metade da ampliação registrada do qüinqüênio anterior.

Em nível menos agregado, a queda no incremento do número de tratores atingiu todas as regiões do país, como se pode ver no Quadro 08.



A que menor declínio no incremento do número de tratores apresentou foi a Região Centro-Oeste (de 34.359 para 26.423 unidades entre os períodos 1975-80 e 1980-85). Nas Regiões Sudeste e Sul o crescimento absoluto do número de tratores caiu para cerca da metade (de 70.690 para 34.099 unidades no Sudeste e de 89.509 para 46.393 unidades na Região Sul). Já o Nordeste registrou um declínio dramático entre os dois períodos (de 22.975 unidades entre 1975 e 1980 para apenas 233 unidades entre 1980 e 1985); e a variação na Região Norte passou de positiva (4.562 unidades) no período 1975-80, para negativa (–213 unidades) no último qüinqüênio.

Essa evolução mais lenta do número de tratores parece ter estado associada, de um lado, à própria desaceleração recente da expansão da agricultura, já examinada e, do outro, às mudanças introduzidas, no qüinqüênio, na política de crédito agrícola, reduzindo o subsídio implícito do crédito de investimento e diminuindo drasticamente a sua disponibilidade.

Os dados da **Sinopse** e dos **Censos Agropecuários**, de área cultivada e de número de tratores, permitiram a construção de um indicador do grau de mecanização da agricultura brasileira – a área média cultivada por trator. O Quadro 09 apresenta a evolução desse indicador, de 1970 a 1985, para o Brasil e para as suas regiões.

Como se pode ver ali, foi impressionante o aumento da mecanização da agricultura brasileira, principalmente no período 1970-1980. Se, em 1970, cada trator cultivava, em média, 204,9 ha no país, em 1980 essa média atingiu 90,1 ha, ou apenas 44% da área média do início do período. Entre 1980 e 1985, a área média continuou a declinar, atingindo o nível de 80,3 ha por trator na data do último **Censo Agropecuário**; entretanto, esse declínio foi menos acentuado do que o observado nos qüinqüênios anteriores.

QUADRO 08 – REGIÕES E BRASIL – INCREMENTO NO NÚMERO DE TRATORES AGRÍCOLAS		
REGIÃO	Entre 1975 e 1980	Entre 1980 e 1985
Norte	4.562	–213
Nordeste	22.975	233
Sudeste	70.690	34.099
Sul	89.509	46.393
Centro-Oeste	34.359	26.423
BRASIL	222.095	106.845

FONTE – IBGE.

Dentre as grandes regiões, o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste tiveram evoluções semelhantes à média nacional – embora em patamares distintos. Na Região Sudeste, o indicador de mecanização passou de 116,5 ha por trator em 1970 para 57,4 ha por trator em 1985; no Centro-Oeste, ele variou de 323,4 ha/trator em 1970 para 86,1 ha/trator em 1985; e, na Região Sul, evoluiu de 170,7 ha/trator em 1970 para 52 ha/trator em 1985.

Foi impressionante o ritmo da mecanização das duas últimas regiões. No Centro-Oeste – uma região de fronteira – a área cultivada por trator, em 1985, não se situava muito abaixo da média nacional e representava 26,6%, apenas, do nível desse indicador, em 1970. A Região Sul, que em 1970 tinha um indicador de mecanização bastante inferior ao da Região Sudeste (170,7 contra 116,5 ha/trator), em 1985 já a havia ultrapassado (52 contra 57,4 ha/trator); e o nível do indicador de 1985 era 30,5% apenas, do registrado para a Região em 1970. Apenas para fins de comparação, segundo dados da **FAO**, a área cultivada por trator dos **Estados Unidos da América** era, em 1984, de 40,8 ha/trator – não muito inferior às médias das Regiões Sul e Sudeste.

A área cultivada por trator das Regiões Norte e Nordeste evoluiu de forma menos regular e, mesmo em 1985, ainda se situava bem acima da média nacional em ambas. Na Região Norte, a área média permaneceu elevada até 1975, apresentou drástica redução entre este ano e 1980 (de 689,8 para 277,0 ha/trator) e voltou a aumentar no período 1980-85, atingindo 332,1 ha/trator na data do último Censo. No Nordeste, a área média por trator que, em 1970, era extremamente elevada (1.418 ha/trator), declinou para 931,2 ha/trator em 1975 e – acentuadamente – para 373 ha/trator em 1980. No último qüinqüênio analisado, porém, a magnitude do indicador voltou a aumentar, embora ligeiramente, atingindo o nível de 376,9 ha/trator.

Observe-se que, em todos os casos, a mecanização se intensificou substancialmente no período 1975-80 e amainou – quando não mostrou reversão – entre 1980 e 1985.

QUADRO 09 – BRASIL E REGIÕES – INDICADOR DE MECANIZAÇÃO				
REGIÃO	INDICADOR DE MECANIZAÇÃO (ha/trator)			
	1970	1975	1980	1985
BRASIL	204,9	123,8	90,1	80,3
Norte	547,6	689,8	277,0	332,1
Nordeste	1.418,0	931,2	373,0	376,9
Sudeste	116,5	79,1	59,8	57,4
Sul	170,7	89,4	62,0	52,0
Centro-Oeste	323,4	149,8	102,2	86,1

FONTE – IBGE.

Evolução do efetivo de bovinos

O rebanho bovino brasileiro também apresentou um crescimento menor no período 1980-85. Se, entre 1970 e 1975 e entre 1975 e 1980 a expansão do efetivo de bovinos se fez às taxas de 29,4% e 16,1%, respectivamente, entre 1980-1985 alcançou apenas 8,1% (ver Quadro 10). Note-se que, nesse período, o crescimento do rebanho bovino foi bastante inferior ao crescimento da população (cerca de 13% no qüinqüênio). Como não houve significativos ganhos de produtividade mais recentemente, conclui-se que a oferta de carne bovina e de leite nem mesmo acompanhou o crescimento do número de consumidores.

Em termos absolutos, os efetivos de bovinos vêm aumentando de forma decrescente desde 1970. Registraram incrementos de 23,1 milhões de cabeças entre 1970 e 1975, de 16,4 milhões de cabeças no período 1975-80 e, no período 1980-85, de 9,6 milhões de cabeças apenas. Na data do último **Censo Agropecuário** (31/12/85), os efetivos de bovinos do país somavam 127,6 milhões de cabeças.

Essa redução no dinamismo da bovinocultura brasileira se deve a uma série de fatores que, no período 1980-85, afetaram de forma negativa os mercados da carne e do leite. No mercado da carne influíram, de um lado, os efeitos da crise econômica do período 1981-84 e da política de achatamento dos salários das classes de poder aquisitivo mais elevado – os maiores consumidores da carne bovina –, que provocaram estagnação ou queda da demanda de carne; e do outro, a freqüente adoção de políticas imediatistas mal orientadas, contribuindo para desestimular os produtores. O mercado do leite foi afetado por uma política de tabelamento do produto, adotada desde há muito tempo, visando, pri-

mordialmente, a manter sob controle a taxa de inflação e que tornou pouco atrativa a produção de leite.

A combinação desses fatores fez com que a atividade pecuária fosse sendo desestimulada, levando os pecuaristas a intensificar o abate de suas matrizes. Os dados de abate de bovinos do **IBGE** revelam que, no período 1982-85, a média da proporção do abate total de bovinos constituída de vacas, foi de 34,1%, bastante acima da média do período 1978-81, por exemplo (27,5%). Esse elevado abate de matrizes acabou se traduzindo na redução, registrada no período 1980-85, do crescimento do rebanho bovino brasileiro.

No nível de grande região, como se pode ver no Quadro 10, os rebanhos de todas menos uma das regiões tiveram expansões menores no período 1980-85 do que no período anterior. A exceção está na Região Sudeste que, no período, apresentou um aumento de rebanho, depois de um qüinqüênio em que este havia se reduzido em mais de 400 mil cabeças.

O Centro-Oeste foi a região que maiores incrementos de efetivos de bovinos teve nos dois períodos. O aumento do seu rebanho, que no qüinqüênio 1975-80 foi de 8,5 milhões de cabeças, declinou para 6,3 milhões de cabeças no período 1980-85. A Região foi responsável, respectivamente, por 51,9% e por 66,3% do aumento do rebanho brasileiro desses períodos.

Evolução semelhante verificou-se na Região Norte, a segunda principal área de expansão da bovinocultura. O incremento no número de bovinos, que entre 1975 e 1980 foi de quase 1,9 milhão de cabeças, declinou para cerca de 1,4 milhão de cabeças no período 1980-85.

As Regiões Nordeste e Sul foram as que maiores declínios experimentaram no período 1980-85. Na primeira, o aumento do rebanho, que foi de 3,5 milhões de cabeças entre 1975 e 1980, caiu para 781 mil cabeças entre 1980 e 1985. Na segunda, o incremento passou do nível de quase 3 milhões de cabeças para o de apenas 242 mil cabeças entre os dois períodos.

A Região Sudeste teve uma evolução bastante distinta das demais. Entre 1975 e 1980 o seu rebanho bovino sofreu uma redução de cerca de 402 mil cabeças, mas entre 1980 e 1985 a situação se reverteu e registrou um incremento de 826 mil cabeças. Esse comportamento foi conseqüência de uma série de fatores, dentre os quais se destacam o impacto da seca, que, no período 1979-83, prejudicou as pastagens do Norte de Minas Gerais, o declínio da pecuária leiteira, especialmente neste, mas também nos demais estados da Região, o avanço da cana-de-açúcar sobre as pastagens de São Paulo, incentivado pelo **Proálcool** e, no Espírito Santo, o deslocamento da pecuária pela lavoura cafeeira. No qüinqüênio 1980-85, alguns desses fatores continuaram a se fazer sentir — embora o auge do seu impacto tivesse ocorrido no período anterior —, mas outros desapareceram (por exemplo, o efeito da seca no Norte de Minas Gerais). Desta forma, a bovinocultura da Região voltou a crescer. Entretanto, o nível de seu rebanho bovino de 1985 era quase o mesmo do de dez anos antes (35,7 contra 35,2 milhões de cabeças).

QUADRO 10 – GRANDES REGIÕES – VARIAÇÃO DO EFETIVO DE BOVINOS

REGIÃO	VARIACÃO DOS EFETIVOS DE BOVINOS (cabeças) Entre 1975 e 1980	Entre 1980 e 1985
Norte	1.859.504	1.369.465
Nordeste	3.464.667	780.690
Sudeste	–401.874	826.142
Sul	2.978.832	247.253
Centro-Oeste	8.510.966	6.333.870

FONTE – IBGE.

Os efetivos de suínos e de aves

Depois de terem crescido 11,5% entre 1970 e 1975, os efetivos de suínos sofreram reduções de 7,2% e de 7,9%, respectivamente, nos dois qüinqüênios subseqüentes. Em 1970, o rebanho suíno brasileiro totalizava 31,5 milhões de cabeças; chegou a atingir 35,2 milhões de cabeças em 1975 mas as quedas nos dois qüinqüênios subseqüentes levaram-no ao nível de cerca de 30,1 milhões de cabeças em 1985 — um total inferior, até, ao de 1970.

O declínio da suinocultura no período 1975-85 teve várias causas: no qüinqüênio 1975-80 os sacrifícios de animais, ocorridos em conseqüência do surto de **peste africana**; problemas de preços e de fornecimento de rações (em 1983, por exemplo); redução na demanda provocada pela recessão do período 1982-84; e o barateamento relativo do preço de carnes que concorrem com a de suínos, notadamente a de aves, mas também a bovina em alguns anos do qüinqüênio 1980-85.

Os efetivos de aves do país, por sua vez, tiveram brusca redução de crescimento, mais recentemente. Entre 1970 e 1975 e entre 1975 e 1980 eles cresceram às elevadas taxas de 34,3% e de 44,1% respectivamente; no qüinqüênio 1980-85, entretanto, a sua expansão declinou para apenas 4,0%. Em 1985, os efetivos de aves do **Brasil** totalizavam cerca de 429,7 milhões de unidades.

A brusca desaceleração recente foi conseqüência da redução do poder aquisitivo da população, principal-

mente entre 1982 e 1984, da queda no preço real da carne bovina, e de problemas na oferta e nos preços de rações (principalmente em 1983).

Observando a evolução dos efetivos de aves das grandes regiões no período 1980-85, constata-se que foi bastante afetada por uma queda de 13,2% nos efetivos da Região Sudeste. Esse declínio foi mais do que compensado por aumentos de 13,2% na Região Sul, de 20,2% no Nordeste, de 22,7% no Centro-Oeste e de 16,3% na Região Norte. O crescimento, no qüinqüênio 1980-85, dos efetivos de aves dessas quatro últimas regiões foi menor do que o dos dois qüinqüênios anteriores, garantindo, em si, uma desaceleração na expansão da avicultura do país como um todo. Entretanto, o declínio verificado na Região Sudeste é que jogou a taxa nacional num nível tão reduzido.

QUADRO 11 – GRANDES REGIÕES – INCREMENTO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

REGIÃO	1975-1980		1980-1985	
	Nº	Variação Percentual	Nº	Variação Percentual
Norte	70.966	21,0	91.602	22,4
Nordeste	96.097	4,1	370.396	15,1
Sudeste	12.185	1,4	108.038	12,1
Sul	–11.032	–0,9	56.355	4,9
Centro-Oeste	– 1.617	–0,6	48.537	18,1

FONTE – IBGE.

Reversão nas Tendências de Declínio no Número de Pequenos Estabelecimentos e de Expansão Reduzida do Pessoal Ocupado

A comparação dos dados da **Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário** de 1985 com os dos censos anteriores revela que, no qüinqüênio 1980-85, o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado na agropecuária cresceram a taxas bem maiores do que as do qüinqüênio anterior.

Como se pode ver no Quadro 11, o número de estabelecimentos agropecuários do país, que havia crescido apenas 3,3%, ou 166.599 unidades entre 1975 e 1980, apresentou uma expansão bem mais elevada no período 1980-85: 13,1%, ou 674.928 unidades.

Observe-se que, à exceção da Região Norte – cuja evolução não se alterou substancialmente entre os períodos 1975-80 e 1980-85 –, as demais regiões registraram crescimentos bem maiores no número de estabelecimentos durante o último qüinqüênio do que no ano anterior. A expansão no número de estabelecimentos das Regiões Nordeste e Sudeste, por exemplo, que foi bastante reduzida no período 1975-80 (4,1% e 1,4%, respectivamente), deu um salto para 15,1% e 12,1%, respectivamente, no período 1980-85. Em termos absolutos, no qüinqüênio 1980-85, a Região Nordeste registrou um incremento de 370,4 mil e a Região Sudeste de 108,0 mil estabelecimentos contra apenas 96,1 mil e 12,2 mil estabelecimentos no qüinqüênio anterior.

As Regiões Sul e Centro-Oeste, por sua vez, passaram de situação de queda no número de estabelecimentos entre 1975 e 1980 (–11.032 e –1.617 unidades, respectivamente) para uma de crescimento entre 1980 e 1985 (4,9%, ou 56,4 mil unidades e 18,1%, ou 48,5 mil unidades, respectivamente).

Essa evolução recente esteve associada, basicamente, a alterações que ocorreram no número de pequenos estabelecimentos. Considerando-se, para o país como um todo, apenas os estabelecimentos com menos de 10 ha, verifica-se que, enquanto no qüinqüênio 1975-80 o seu número sofreu uma **redução** de 0,2% (3.841 unidades), no período 1980-85 ele apresentou uma expansão de 18,8% (487.822 unidades). Já os estabelecimentos com 10 ha ou mais apresentaram variação bastante parecida nos dois períodos: 7,1%, ou 170.440 unidades, entre 1975 e 1980 e 7,3% ou 187.106 unidades, entre 1980 e 1985.

No nível de região, a variação nos períodos 1975-80 e 1980-85, do número de estabelecimentos agropecuários com áreas inferiores a 10 ha também apresentou comportamento contrastante, como se pode ver no Quadro 12.

Nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, o número de pequenos estabelecimentos declinou no qüinqüênio

QUADRO 12 – GRANDES REGIÕES – VARIAÇÃO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 10 ha

REGIÕES	1975-1980	1980-85
Norte	– 4.221	19.514
Nordeste	12.913	331.626
Sudeste	12.711	68.270
Sul	– 8.864	52.370
Centro-Oeste	–16.380	16.042

FONTE – IBGE.

1975-80 mas teve variação positiva e bastante apreciável no qüinqüênio subseqüente. Nas Regiões Nordeste e Sudeste, a variação do número de pequenos estabelecimentos foi positiva mas reduzida no período 1975-80 e apresentou considerável aumento entre 1980 e 1985.

Dentre as regiões, a que maior salto no número de pequenos estabelecimentos apresentou no qüinqüênio 1980-85, foi o Nordeste. Entre 1975 e 1980, os estabelecimentos com menos de 10 ha aumentaram em 12.913 unidades apenas; entre 1980 e 1985, porém eles tiveram uma expansão quase 26 vezes maior, atingindo 331.626 unidades. O comportamento da Região Sul também merece destaque: se entre 1975 e 1980 os seus pequenos estabelecimentos registraram uma redução de 8.864 unidades, entre 1980 e 1985 o seu número foi ampliado em 52.730 unidades.

A avaliação das causas da mudança na variação do número de estabelecimentos entre os qüinqüênios 1975-80 e 1980-85 é feita adiante, em conjunção com a análise da evolução, nos mesmos períodos, do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.

QUADRO 13 – BRASIL E REGIÕES – VARIAÇÃO NO PESSOAL OCUPADO, 1975-80 E 1980-85

BRASIL E REGIÃO	1975-1980 Total	1975-1980 Em Estabelecimentos com menos de 10 ha	1980-1985 Total	1980-1985 Em Estabelecimentos com menos de 10 ha
BRASIL	818.043	–421.727	2.109.759	1.353.227
Norte	368.964	– 22.823	448.592	86.812
Nordeste	594.409	–127.520	1.041.606	890.365
Sudeste	166.698	– 2.438	427.942	199.719
Sul	–440.032	–215.535	71.354	151.031
Centro-Oeste	128.004	– 53.411	120.265	25.300

FONTE – IBGE.

Evolução do pessoal ocupado

O Quadro 13 revela, também, uma considerável alteração, no período mais recente, na evolução do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. Se no qüinqüênio 1975-80 o número de pessoas ocupadas na agropecuária cresceu apenas 4,0%, no qüinqüênio subseqüente a expansão foi de 10,0%. Em termos absolutos, o incremento do pessoal ocupado, que no período 1975-80 foi de pouco mais de 818 mil pessoas, atingiu mais de 2,1 milhões de pessoas entre 1980 e 1985.

No nível de grande região, a evolução do pessoal ocupado nos dois qüinqüênios é apresentada no Quadro 13.

Observe-se que, à exceção do Centro-Oeste, o incremento do pessoal ocupado das regiões no período 1980-85 foi maior do que o registrado no qüinqüênio anterior. Para o Centro-Oeste, o incremento de pessoal ocupado foi semelhante nos dois períodos: 128 mil pessoas entre 1975 e 1980 e 120,3 mil pessoas no período 1980-85. Já na Região Norte, o incremento no pessoal ocupado passou de 369 mil pessoas entre 1975 e 1980 para 448,6 mil pessoas entre 1980 e 1985; no Nordeste, o incremento do período 1980-85 (1,042 milhão de pessoas), foi quase o dobro do que se verificou entre 1975 e 1980 (549,4 mil pessoas); e no Sudeste, o aumento foi de 166,7 mil pessoas entre 1975 e 1980 e de 427,9 mil pessoas no qüinqüênio 1980-85. Na Região Sul, por sua vez, o pessoal ocupado, que havia tido uma **redução** de 440 mil pessoas no período 1975-80, registrou um aumento de 71,4 mil pessoas no qüinqüênio mais recente.

O Quadro 13 permite observar um fato interessante: no período 1975-80, o pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha, no país como um todo, teve uma redução de 421,7 mil pessoas; como os estabelecimentos com 10 ha ou mais tiveram um incremento de cerca de 1.240 mil pessoas, o aumento líquido do pessoal ocupado foi de pouco mais de 818 mil pessoas. No período mais recente, porém, os estabelecimentos com menos de 10 ha não só registraram incremento, como foram responsáveis por 64,1% da ampliação total do pessoal ocupado do país.

Note-se que todas as regiões tiveram evolução semelhante no que concerne à variação do pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos: no período 1975-80, todas registraram reduções e, no período 1980-85, todas apresentaram incrementos consideráveis. As reduções de pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha do período 1975-80 foram menores na Região Sudeste (–2.438 pessoas) e Norte (–22.823 pessoas) e maiores na Região Sul (–215.535 pessoas) e no Nordeste (–127.520 pessoas); no período 1980-85, os incrementos foram maiores no Nordeste (mais 890.365 pessoas), no Sudeste (mais 199.719 pessoas) e na Região Sul (mais 151.031 pessoas) enquanto no Centro-Oeste foi o mais reduzido (mais 25.300 pessoas).

Merecem ser ressaltadas as evoluções do pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos das Regiões Nordeste e Sul. Na primeira dessas regiões os estabelecimentos do estrato de área de menos de 10 ha, que entre 1975 e 1980 haviam registrado uma queda de pessoal ocupado de 127,5 mil pessoas,

entre 1980 e 1985 tiveram uma ampliação de mais de 890 mil pessoas ou 85,5% do incremento total de pessoal ocupado da Região no período. A Região Sul, por seu turno, que havia registrado uma redução de pessoal ocupado de 440 mil pessoas no período 1975-80, 215,5 mil das quais em pequenos estabelecimentos, apresentou, no qüinqüênio, um aumento de 71.354 pessoas, revertendo o sentido da variação do período anterior. Observe-se que esse número resultou de um aumento de 151.031 pessoas ocupadas em estabelecimentos com menos de 10 hectares, e de uma **queda** de 79.677 pessoas nos estabelecimentos com 10 hectares ou mais. Em outros termos, nos dois últimos qüinqüênios os estabelecimentos maiores expulsaram mão-de-obra, mas, no primeiro, os pequenos estabelecimentos também apresentaram reduções de pessoal ocupado enquanto que, no segundo, voltaram a absorver mão-de-obra.

Note-se que a evolução do pessoal ocupado dos dois últimos períodos intercensitários é coerente com a do número de estabelecimentos agropecuários. Como já visto, no período 1975-80 o número de estabelecimentos aumentou apenas 3,3% e os estabelecimentos da classe de área de menos de 10 ha diminuíram 0,2% (–3.841 unidades). No qüinqüênio 1980-85, o número total de estabelecimentos teve um incremento de 674.928 unidades, dos quais 487.822 estabelecimentos (72,3%) tinham áreas inferiores a 10 ha. Evidentemente, esses novos pequenos estabelecimentos tiveram papel importante na absorção do incremento da mão-de-obra rural, ocorrida no período 1980-85.



Fatores nas mudanças recentes na variação do número de pequenos estabelecimentos e do pessoal ocupado.

Pode parecer paradoxal a combinação, registrada no período 1980-85, de uma redução no dinamismo da agropecuaria brasileira com os acentuados incrementos do número de pequenos estabelecimentos e do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. Chama a atenção, também, a recente reversão na tendência de períodos anteriores, de diminuição do crescimento, ou mesmo, em nível regional, de declínio na magnitude dessas variáveis. Esta seção tem como objetivo determinar as principais causas desses fenômenos.

Existem duas linhas de explicação diferentes para esses eventos: uma delas é a de que teria havido mudanças nos conceitos do **censo** ou na orientação dos entrevistadores entre as coletas dos dois últimos **censos agropecuários**, levando a que, no último, fossem considerados estabelecimentos agropecuários unidades que, no de 1980, não teriam sido incluídas – notadamente pequenas unidades familiares, voltadas exclusivamente ao auto-consumo; a outra é a de que condições econômicas, sociais e agrometeorológicas distintas nos qüinqüênios 1975-80 e 1980-85, ocasionaram essas mudanças de sentido.

Um exame mais detido da estrutura e organização da coleta do **Censo Agropecuário** fez com que se rejeitasse a primeira hipótese. Os censos de 1980 e de 1985 foram planejados, implantados e supervisionados basicamente pela mesma equipe, o conceito de estabelecimento agropecuário permaneceu o mesmo nos dois, e o manual de instruções não foi alterado no tocante a este item. Ademais, as equipes responsáveis pelo treinamento dos recenseadores seguiram o manual à risca e não há a possibilidade de que tenham introduzido, por conta própria, alterações que pudessem mudar a interpretação dos recenseadores sobre o significado do conceito de estabelecimento agropecuário ou sobre os critérios para a inclusão de unidades a pesquisar. Finalmente, o perfil do recenseador (a sua origem, instrução, familiaridade com a área geográfica que cobria etc.) não apresentou maiores mudanças de 1980 para 1985. Assim, não há nenhum indício que autorize a aceitar a hipótese de que o **censo** de 1985 teria considerado como estabelecimento agrícola unidades que não seriam incluídas como tal, segundo os critérios do **censo** de 1980.

A hipótese de que o crescimento reduzido do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos no período 1975-80 e a rápida expansão destes no qüinqüênio subseqüente resultaram de mudanças na situação econômica e social e nas estratégias de desenvolvimento entre os dois períodos, e de fenômenos como o auge e o fim da seca no Nordeste, é bastante plausível. São os seguintes os argumentos que podem ser aduzidos nesse sentido:

a) No período 1975-80, a economia brasileira cresceu a taxas bastante elevadas e se expandiram de forma acentuada as oportunidades de emprego nas cidades. Dentre estas, assume especial importância, para o nosso argumento, o crescimento do emprego na construção civil, uma atividade que absorve grandes contingentes de mão-de-obra não qualificada. Entre 1976 e

1980 o emprego na construção civil aumentou rapidamente, como se pode deduzir da elevada taxa média anual de 7,1% do crescimento do produto real da indústria de construção civil.

Esse crescimento e o clima geral de expansão econômica do período 1975-80, favoreceram uma intensa migração rural-urbana. Se, nas décadas de 1950 e 1960 chamavam atenção os fluxos migratórios do Nordeste para o Centro-Sul, na de 1970 tiveram maior destaque os fluxos rurais-urbanos. Esta década se caracterizou, também, pela acentuada expansão do chamado setor informal urbano, que foi alimentado predominantemente por migrantes oriundos do meio rural.

Não parece fora de propósito considerar que os fluxos rurais-urbanos do período 1975-80 tenham tido uma importante participação de indivíduos que compunham o pessoal ocupado em mini e pequenos estabelecimentos agropecuários. É óbvio que o processo de **modernização conservadora** da agricultura — então no seu auge — vinha reduzindo drasticamente os requerimentos de mão-de-obra de segmentos da agricultura comercial, "liberando" importantes contingentes de trabalhadores, parte dos quais se deslocava para as cidades. Entretanto, a atração das cidades nesse período de expansão econômica também contribuiu, tanto para a redução que se observou no pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos, como para o desaparecimento de vários destes.

No período mais recente, porém, a situação se reverteu. A economia brasileira embarcou em profunda crise, o desemprego aumentou e a indústria da construção civil chegou a encolher — entre 1981 e 1985, o produto real da indústria da construção civil declinou a uma taxa média anual de 1,4%, a despeito do crescimento de 10,2% que experimentou no último ano do período. Esse estado de coisas tornou extremamente difícil a vida dos migrantes rurais nas grandes cidades, cortando a motivação para migrar dos que ficaram no meio rural e induzindo vários a retornar. A estes não restou melhor alternativa do que a de procurar maneiras de sobreviver no campo mesmo, e tais alternativas passaram pela constituição de novos pequenos estabelecimentos — seja em zonas de fronteira, seja nas áreas mais antigas —, ou por ações que resultaram em aumentos do pessoal ocupado dentro dos estabelecimentos existentes.

Não houve, no período, aumentos significantes de emprego em estabelecimentos da agricultura comercial; a expansão da cana-de-açúcar propiciada pelo **Proálcool**, a evolução da citricultura incentivada pelo crescimento das exportações de suco de laranja, entre outros, sem dúvida ampliaram a utilização da mão-de-obra em atividades agropecuárias, principalmente na Região Sudeste, onde essas lavouras mais avançaram. O crescimento da soja e de outras lavouras comerciais importantes, porém, contribuiu mais para expelir mão-de-obra da agropecuária do que para criar novas alternativas de ocupação.



Cumpre destacar, também, que no qüinqüênio 1975-80 a mão-de-obra deslocada pela **modernização** agrícola tinha outras alternativas; no qüinqüênio 1980-85, ou ela engrossava os contingentes de **"bóias-frias"** nas áreas de expansão de cana-de-açúcar e de outras lavouras com elevados requerimentos de mão-de-obra em certas fases do ciclo produtivo, ou acabava contribuindo para a constituição de pequenos estabelecimentos, tanto em áreas de fronteira agrícola, como nas regiões de ocupação mais antiga.

Esses fenômenos recentes explicam, pelo menos em parte, a intensificação das invasões de terras e das pressões para a aceleração da **Reforma Agrária** dos últimos anos. Note-se que essa intensificação ocorreu principalmente no Sul do país. Viu-se que, na Região Sul, o pessoal ocupado em estabelecimentos maiores teve uma redução de quase 80 mil pessoas no qüinqüênio (uma conseqüência da **modernização conservadora**) e que essa redução foi mais do que compensada por aumento de cerca de 151 mil pessoas no pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha.

b) No período 1975-80, a fase das grandes obras governamentais do período do "milagre brasileiro" atingiu o seu auge. Iniciaram-se ou tiveram continuidade, então, vários empreendimentos de grande vulto, que exigiram substanciais contingentes de trabalhadores não qualificados. Dentre elas se destacaram as usinas de Itaipu e de Tucuruí, mas várias outras obras importantes foram também executadas, tanto pelo governo federal como pelo de São Paulo e por outros governos estaduais. O clima era propício à captação de recursos externos, e várias obras foram iniciadas e se desenvolveram no período.

Note-se que algumas dessas obras não se localizavam próximas a grandes repositórios de mão-de-obra. Tucuruí, por exemplo, está situada em área que, antes do início de sua construção, possuía reduzidos contingentes populacionais. Teve, portanto, que atrair mão-de-obra de longe, provavelmente do **Nordeste** e das áreas mais densamente habitadas da Região Norte. Nada exclui a possibilidade de que, pelo menos no que tange aos trabalhadores não qualificados, esta se tenha constituído de elementos que antes pertenciam à categoria de **pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos**. Fenômeno semelhante deve ter

ocorrido em Itaipu. Localizada no extremo oeste do Paraná, a cerca de 700 km de Curitiba, atraiu trabalhadores de várias partes do país (e do Paraguai), — dentre os quais, sem dúvida, muitos de pequenos estabelecimentos rurais dos estados da Região Sul, de partes do Sudeste e, mesmo, do Centro-Oeste.

Essas obras tiveram importância não só pela absorção direta de mão-de-obra na contrução. Exigiram uma enorme estrutura de apoio e originaram a formação de núcleos urbanos importantes, para oferecer serviços diversos aos trabalhadores. Esses desenvolvimentos também contribuíram para atrair mão-de-obra do meio rural.

Incidentalmente, algumas dessas grandes obras não só tiveram o efeito de absorver mão-de-obra rural, como contribuíram para a eliminação de estabelecimentos agrícolas, com a expulsão do pessoal que neles vivia e trabalhava. Por exemplo, tanto Itaipu como várias usinas hidrelétricas construídas ou em construção no Vale do Paranapanema tiveram que desapropriar e retirar os ocupantes de extensas áreas de terra, para possibilitar a formação de reservatórios; algumas dessas áreas dispunham de considerável concentração de pequenos estabelecimentos e de população rural. Recorde-se que o número de estabelecimentos da Região Sul apresentou redução entre 1975 e 1980 e que diminuiu o pessoal ocupado em estabelecimentos de todas as classes de área.

No período 1980-85, a situação se inverteu. Várias dessas grandes obras foram sendo concluídas, outras entraram em ritmo menos intenso de construção ou em fases de menor absorção de mão-de-obra; além disso — o que é mais importante — quase não se iniciaram novos empreendimentos de grande vulto. A economia estava em crise, o país fortemente endividado, e a estratégia econômica adotada era uma contenção de despesas com ênfase na limitação do investimento público.

Com a conclusão, já no período 1980-1985, das grandes obras iniciadas na década de 1970, ou com a redução no seu ritmo de construção, foi diminuindo o emprego que elas geravam, direta ou indiretamente. Como o nível geral de atividade permaneceu estagnado nos grandes centros urbanos, poucos dos trabalhadores que foram sendo dispensados encontraram alternativas de ocupação seja no setor de contrução civil, seja em outros segmentos do complexo urbano-industrial. Alguns destes se fixaram, da melhor forma possível, nas cidades, procurando sobreviver como membros do chamado setor informal, mas outros voltaram ao setor rural. Como não foram criadas, em grande número, alternativas de ocupação em atividades da agricultura comercial, é bastante provável que uma boa parte destes tenha, ou retornado aos pequenos estabelecimentos de onde saíram, ou se envolvido na constituição de novos, seja em áreas da fronteira, seja nas zonas de ocupação mais antiga. Em conseqüência, houve uma expansão, captada pelos dados dos dois últimos **Censos Agropecuários**, tanto no número de estabelecimentos com menos de 10 ha, como no pessoal neles ocupado.

Efeitos da seca do Nordeste e de seu desaparecimento

Viu-se que, na Região Nordeste, o número de estabelecimentos aumentou em 370,4 mil unidades entre 1980 e 1985, um número quase quatro vezes maior do que o aumento do período 1975-80 (cerca de 96 mil unidades); e que 89,5% (ou 331,6 mil unidades) dos estabelecimentos surgidos no último qüinqüênio tinham áreas inferiores a 10 ha, enquanto no qüinqüênio anterior o incremento de pequenos estabelecimentos foi de apenas 12,9 mil unidades. Vimos também que o pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha na Região, que entre 1975 e 1980 havia apresentado um **declínio** de 127,5 mil pessoas, registrou, no período 1980-85, uma **expansão** de 890,3 mil pessoas. Essa evolução se verificou a despeito do fato de que, no qüinqüênio 1980-85, o Nordeste se caracterizou por nítida desaceleração da atividade agropecuária, medida por indicadores como a área em lavouras, o número de tratores e os efetivos de bovinos.

Essa evolução aparentemente paradoxal das variáveis que traduzem a ocupação e dos indicadores de atividade pode ser explicada sem maiores problemas se recordarmos que, entre 1979 e 1983, o Nordeste foi atingido por uma das mais fortes secas de que se tem notícia e que, na primeira metade da década de 1980, a crise econômica reduziu acentuadamente as oportunidades de ocupação dos centros urbanos, tanto da Região como fora dela.

A seca do período 1979-83, que atingiu os dois anos finais do período 1975-80, desorganizou a produção agropecuária do Nordeste, forçando parte do pessoal ocupado a procurar maneiras de sobreviver fora da agricultura — inclusive em frentes de trabalho —, e provocando a desativação de um grande número de estabelecimentos. No fim do período, a figura notória e constrangedora do retirante nordestino, e os escândalos das frentes de trabalho freqüentaram, com certa regularidade, os noticiários de televisão.

Não é de admirar, portanto, que no período 1975-80, fosse reduzida a expansão de pequenos estabelecimentos e do pessoal ocupado do Nordeste. Na verdade, examinando-se o que aconteceu com essas variáveis na área mais fortemente atingida pela seca — o conjunto constituído pelos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas e do Sergipe — observa-se que ali o fenômeno se fez sentir de forma ainda mais dramática. Nesses estados houve.

entre 1975 e 1980, **um declínio** de 2,3% (ou de 25,5 mil unidades) no número de estabelecimentos e um aumento de apenas 2,3% (ou de 95,9 mil pessoas) no pessoal ocupado na agropecuária.

No período 1980-85, porém, a situção mudou no Nordeste. Em 1984 e 1985 choveu regularmente, facilitando a constituição de novos estabelecimentos agrícolas e o cultivo de lavouras de subsistência. A falta de oportunidades de trabalho fora da agricultura, por sua vez, fez com que, para muitos, a única alternativa fosse a volta à lavoura e a constituição de pequenos estabelecimentos ou o envolvimento em atividades dentro deles. Com isto, houve acentuada expansão no número de pequenos estabelecimentos e do pessoal neles ocupado. A dimensão do fenômeno é dada pelo fato de que 76,5% (ou mais de 681 mil pessoas) do incremento do pessoal ocupado na agropecuária do período mais recente se concentraram em estabelecimentos com menos de 5 ha, ou seja, em unidades que em 1985 ocupavam apenas 3,1% da área total em estabelecimentos, e que 84% (ou 311,4 mil unidades) do incremento de estabelecimentos do período tinham áreas inferiores a 5 ha. É revelador, também, o fato de que, entre os **Censos** de 1980 e de 1985, 68,2% do aumento total do número de





estabelecimentos corresponderam a produtores caracterizados como parceiros ou ocupantes — as categorias mais identificadas com a ocupação de terras da pequena produção de subsistência da Região.

Foi, portanto, de minifúndios a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas surgidos no Nordeste no período 1980-85; ademais, foram os minifúndios que absorveram grande parte do incremento do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. A despeito do fim da seca, a agricultura comercial do Nordeste cresceu pouco no período e absorveu parcela reduzida do incremento de pessoal ocupado. Como não existiam outras alternativas, este teve que se localizar em pequenas unidades agrícolas, desenvolvendo basicamente produção de subsistência.

Não há dúvida, portanto, que as condições que afetaram a evolução dos pequenos estabelecimentos e do pesoal ocupado — principalmente em pequenas unidades agropecuárias — diferiram substancialmente entre os períodos 1975-80 e 1980-85. No primeiro período, elas propiciaram a migração rural-urbana à procura de trabalho ou de formas de sobrevivência fora da agricultura; no segundo, a estagnação do setor urbano industrial, a conclusão de grandes obras, a redução do investimento público em obras, e o fim da seca no Nordeste fizeram com que voltasse a crescer o número de pequenos estabelecimentos e com que aumentasse sensivelmente o pessoal ocupado em atividades agropecuárias.

Evolução Recente da Distribuição da Terra

Esta seção apresenta breve exame da evolução da estrutura de distribuição dos estabelecimentos agrícolas do país, segundo os dados dos **Censos Agropecuários**, de 1975, de 1980 e de 1985.

Antes de iniciar, convém ressaltar que se está avaliando a distribuição de estabelecimentos agropecuários e não da posse da terra. Um estabelecimento não necessariamente corresponde a uma propriedade. Há casos de propriedades que englobam vários estabelecimentos bem como estabelecimentos compostos de mais de uma propriedade. A propriedade é unidade de posse enquanto o estabelecimento é unidade de administração. Por falta de melhores informações, entretanto, costuma-se examinar a estrutura de distribuição dos estabelecimentos por estratos de tamanho, na certeza de que ela se constitui em indicador razoável do estado da estrutura fundiária do país.

O Quadro 14, relaciona os índices de concentração de **Gini**[1] da distribuição de estabelecimentos agropecuários, calculados com base nos dados dos **Censos Agropecuários** de 1975, de 1980 e de 1985, para o Brasil, para as grandes regiões e para as unidades

[1] Se a distribuição de um dado atributo for perfeitamente igualitária, o **índice de Gini** assume valor zero; se for totalmente desigual, assume a unidade (1). Assim, quanto mais próximo de **um** for a magnitude do **índice**, maior a desigualdade da distribuição do atributo.

da Federação. Como se pode ver ali, o valor do **índice** para o **Brasil** é bastante elevado e muda pouco entre os três anos censitários. Revela uma distribuição bastante desigual de estabelecimentos e sua evolução indica que essa distribuição quase não se alterou no período 1975-85.

A extensão da desigualdade da distribuição dos estabelecimentos agropecuários do país pode ser melhor sentida se se consideram os dados do Quadro 15. Ali se vê que, em 1975, 52,2% do número total de estabelecimentos tinham áreas inferiores a 10 ha, mas que sua participação na área total em estabelecimentos era de apenas 2,8%; observa-se também que, em 1985 a situação quase não se havia alterado; 53,0% dos estabelecimentos tinham menos de 10 ha e ocupavam apenas 2,7% da área total. No outro extremo, em 1975, 0,8% dos estabelecimentos — aqueles com áreas superiores a 1000 ha — detinham 42,3%, ou seja, quase a metade, da área total em estabelecimentos; em 1985 essas proporções não haviam mudado muito, atingindo 0,9% e 43,8%, respectivamente.

O acesso à terra é bastante concentrado no **Brasil**; além disso, não há indícios de que venham ocorrendo maiores mudanças nesse estado de coisas, recentemente.

Examinando os **índices de Gini** referentes às grandes regiões (Quadro 14), observa-se que, em 1985, as Regiões Nordeste (0,865) e Centro-Oeste (0,836) foram as que maior concentração na distribuição de estabelecimentos apresentaram. As de menor concentração foram as Regiões Sul (0,744) e Sudeste (0,766).

A única região que, no período 1975-80, registrou uma mudança sensível no **índice de Gini** foi o Norte. Nesta o **índice** declinou, de 0,865 em 1975 para 0,795 em 1985. Esse declínio foi conseqüência de eventos ocorridos nos seus dois estados de maior expressão agrícola: o Pará e Rondônia. No Pará, o **índice de Gini** caiu do nível de 0,863 em 1975 para o de 0,815 em 1985; mesmo neste último ano, a distribuição de estabelecimentos do estado se mostrou bastante concentrada, mas a grande afluência, no período em exame, de migrantes à procura de terras para ocupar foi responsável pela criação de um elevado número de pequenos estabelecimentos e, portanto, pelo declínio do **índice**. Em

QUADRO 14 - BRASIL, REGIÕES E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS – CENSOS DE 1975, 1980 E 1985

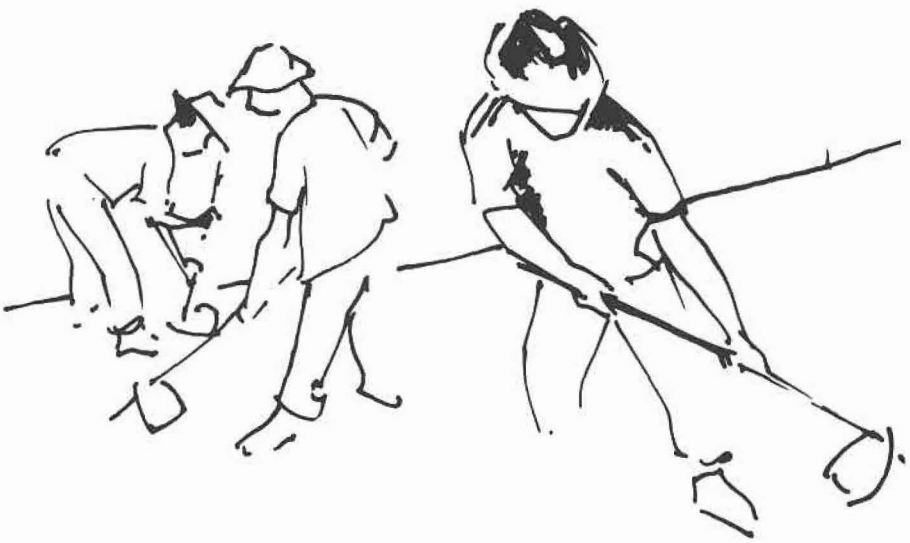
BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1975	1980	1985
BRASIL	0,850	0,853	0,854
Região Norte	0,865	0,830	0,795
Rondônia	0,619	0,645	0,647
Acre	0,619	0,679	0,656
Amazonas	0,919	0,868	0,817
Roraima	0,884	0,784	0,748
Pará	0,863	0,837	0,814
Amapá	0,851	0,847	0,863
Região Nordeste	0,858	0,858	0,865
Maranhão	0,924	0,923	0,920
Piauí	0,895	0,895	0,892
Ceará	0,777	0,772	0,811
Rio Grande do Norte	0,858	0,846	0,850
Paraíba	0,841	0,823	0,840
Pernambuco	0,824	0,819	0,825
Alagoas	0,841	0,842	0,856
Sergipe	0,849	0,843	0,854
Bahia	0,806	0,821	0,836
Região Sudeste	0,754	0,763	0,766
Minas Gerais	0,748	0,759	0,765
Espírito Santo	0,612	0,642	0,656
Rio de Janeiro	0,784	0,798	0,812
São Paulo	0,767	0,767	0,766
Região Sul	0,725	0,735	0,744
Paraná	0,719	0,733	0,754
Santa Catarina	0,644	0,666	0,671
Rio Grande do Sul	0,746	0,753	0,755
Região Centro-Oeste	0,851	0,840	0,836
Mato Grosso do Sul	0,906	0,867	0,857
Mato Grosso	0,941	0,919	0,907
Goiás	0,740	0,746	0,749
Distrito Federal	0,775	0,746	0,765

FONTE – IBGE.

QUADRO 15 – BRASIL – PERCENTUAL DO NÚMERO E DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NOS CENSOS DE 1975, 1980 E 1985, SEGUNDO CLASSES DA ÁREA TOTAL

CLASSE DE ÁREA TOTAL	% DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			% DA ÁREA TOTAL		
	1975	1980	1985	1975	1980	1985
Menos de 10 ha	52,16	50,44	53,01	2,77	2,47	2,67
De 10 a menos de 100 ha	38,06	39,15	37,22	18,58	17,67	18,51
De 100 a menos de 1000 ha	8,95	9,48	8,91	35,79	34,76	35,05
1000 ha a mais	0,83	0,93	0,86	42,86	45,10	43,77

FONTE – IBGE.



Rondônia, o processo recente de ocupação de terras do estado deu origem a um **índice de Gini** relativamente reduzido (0,647 em 1985).

O Nordeste se destaca pela sua elevada concentração fundiária. A Região não só inclui a unidade da Federação que, em 1985, alcançou o maior **índice de concentração** do país (o Maranhão, com 0,920), como todos os seus estados apresentam **índices** bastante altos. Se tivermos em mente o fato de que a instituição da parceria e do arrendamento é bastante significativa na Região e, portanto, que nela o número de estabelecimentos deve exceder consideravelmente o de propriedades rurais, conclui-se que as magnitudes dos **índices de Gini**, embora elevadas, provavelmente subestimam a verdadeira extensão da concentração da posse da terra.

A Região Centro-Oeste – uma série de **índices de Gini** elevados – registrou um pequeno declínio no indicador de concentração da distribuição de estabelecimentos no período em exame (de 0,851 em 1975 para 0,836 em 1985). Um exame dos dados no nível de estado permite verificar que essa redução se deve às alterações ocorridas em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso: como se pode ver no Quadro 14, o **índice de Gini** de Mato Grosso do Sul passou do elevadíssimo nível de 0,906 em 1975 para o de 0,857 em 1985; o de Mato Grosso variou de 0,941 em 1975 para 0,907 em 1975. Chama a atenção, também, a concentração relativamente reduzida de Goiás – a magnitude do **índice** de 1985 foi 0,749, ainda elevada, mas bastante inferior à média nacional.

Nas Regiões Sudeste e Sul, com menores **índices de concentração** na distribuição de estabelecimentos, chama a atenção o fato de que, à exceção de São Paulo, todos os seus estados apresentaram aumentos nos seu **índices**. Observa-se que, em cada um dos três anos, todos têm **índices** bastante inferiores à média nacional mas que, deixando de lado São Paulo, todos tiveram aumentos.

Na Região Sudeste, a unidade com maior concentração da distribuição de estabelecimentos é o estado do Rio de Janeiro (o **índice de Gini** atingiu 0,812 em 1985); a concentração mais reduzida é o Espírito Santo (com um **índice** de 0,656 em 1985 – o menor do país naquele ano). Na Região Sul os dois estados de maior concentração – o Paraná e o Rio Grande do Sul – quase empataram em 1985, com **índices de Gini** de 0,754 e de 0,755, respectivamente. Santa Catarina, com um **índice de Gini** de 0,671 em 1985, registrou a quarta menor concentração na distribuição de estabelecimentos do país (depois de Rondônia, do Acre e do Espírito Santo).



CHARLES CURT MUELLER, professor da **Universidade de Brasília** *e assessor da presidência do* **IBGE.**